



RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO SEMESTRE 2020

ÍNDICE

Item	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. INVESTIMENTOS.....	7
3. ATUARIAL.....	17
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	25
5. GESTÃO DA ENTIDADE.....	29
6. RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
8. ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO

O principal objetivo do Conselho Fiscal da **Value Prev Sociedade Previdenciária**, doravante denominada Entidade, na elaboração do presente Relatório é apresentar os resultados dos exames efetuados, incluindo a aderência da gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos, a aderência das hipóteses atuariais e a execução orçamentária no primeiro semestre de 2020, em observância às disposições legais, em especial o art. 19º da Resolução CGPC nº 13, de 1/10/2004.

1.2. METODOLOGIA

Para realização dos exames e elaboração do presente relatório foi adotada a seguinte metodologia: (a) reuniões; (b) análise de documentos, (c) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade, e (d) observância das normas vigentes.

1.3. FATOS RELEVANTES

a) Alteração do Custodiante Banco Itaú para o Banco BNY Mellon

Em fevereiro/2020 foi efetivada a substituição do custodiante Banco ITAÚ UNIBANCO S.A, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 pelo BNY Mellon Banco S.A, CNPJ nº 42.272.526/0001-70.

b) Incorporação do Fundo IBRX III Ativo para o Fundo IBRX II Ativo

Em fevereiro/2020 o Fundo de Investimento em Ações HBRP IBRX III Ativo sob gestão da Western Asset foi incorporado pelo Fundo de Investimento em Ações HBRP IBRX II Ativo sob gestão da Franklin Templeton.

c) Contratação de um novo colaborador

Em março/2020 o Diretor Superintendente Clodoaldo Rodrigues Albuquerque foi contratado pela Entidade, trazendo consigo mais de 30 anos de experiência nas áreas de Controladoria e Planejamento Financeiro (Confab; EDS; HP/HPE), dedicando-se agora nesta função em tempo integral. Ele já vinha atuando na Entidade como Diretor desde 2013.

d) Adesão ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa da ABRAPP

Sempre atenta às boas práticas de Governança Corporativa e ao aperfeiçoamento constante de suas atividades, a Entidade aderiu em março/2020 o Código de Autorregulação em Governança Corporativa da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de

Previdência Complementar). A iniciativa da Entidade consolida sua busca por maior eficiência em seus processos e uma condução mais robusta do trabalho já realizado.

O Código de Autorregulação da ABRAPP destaca os seguintes fundamentos da Governança Corporativa: Conduta Ética, Transparência, Integridade, Prestação de Contas, Equidade, Gestão baseada em Riscos, Compliance e Responsabilidade Corporativa.

e) Novos investimentos

Seguindo as principais práticas de governança relacionados à gestão dos recursos administrados pela Entidade, e em linha com a Política de Investimentos e o Manual de Investimentos, foram aprovados novos investimentos nos fundos: AZ Quest Multi Max Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, com primeiro aporte em março; BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa, com primeiro aporte em abril; Legg Mason Rare Infrastructure Value Fundo de Investimento em Ações, com primeiro aporte em abril e Itaú Soberano Renda Fixa Simples Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos, este recebeu seu primeiro aporte apenas no segundo semestre.

Ainda com relação aos novos investimentos em março também foi realizado o primeiro aporte no fundo de investimentos LACAN Florestal III Feeder Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

f) PREVIC – Cisão Plano DXC

Em abril/2020 a Entidade recebeu o Parecer da Previc com o resultado da análise realizada referente a cisão do Plano DXC, onde verificou-se que o processo necessitava de alguns ajustes. Todos os apontamentos foram corrigidos e submetidos para aprovação. Em 27/07/2020 foi aprovado pela Previc a cisão do Plano DXC por meio da Portaria número 524.

g) Lei Geral de Proteção de Dados

A Entidade segue atenta às novas regulamentações e tem trabalhado na adequação de todos os seus processos, para ficar aderente às normas estabelecidas pela LG.D (Lei Geral de Proteção de Dados). A LGPD (lei nº 13.709) foi sancionada em 14 de agosto de 2018. Em função da pandemia de COVID-19 e de todos os seus impactos, foi publicada a lei 14.010, no Diário Oficial da União (12/06/2020), adiando a aplicação das sanções da LGPD de agosto de 2020 para agosto de 2021.

h) Capacitação Contínua: Dirigentes participam de treinamento na UniAbrapp

Dirigentes da Entidade participaram de treinamento promovido pela UniAbrapp: “Exercício da Função de Conselheiro”, com início em novembro de 2019 e término em agosto de 2020. O programa, composto por quatro módulos, apresenta e discute o papel e as responsabilidades do Conselho e sua relação com a gestão, oferecendo vivência nas questões essenciais, as quais lhe cabem decisão e monitoramento. O curso é destinado aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) já atuantes, titulares ou suplentes, Diretores, bem como os profissionais que desejam se preparar para atuação nos Conselhos, seja por indicação da patrocinadora ou por eleição entre os participantes.

i) Webinars realizados em Maio e Junho

Com o objetivo de informar e estreitar a comunicação com seus Participantes, apoiando-os em suas decisões financeiras e na condução do seu planejamento, a Entidade tem realizado uma série de webinars. Essa prática será adotada pelo menos até o final deste ano, a ideia é realizar pelo menos dois webinars em cada mês com os assuntos de interesses dos participantes.

j) Em meio à pandemia do COVID-19, o trabalho seguiu firme

Em função da crise gerada pelo Corona vírus, a Entidade adotou prontamente o trabalho remoto para todos os seus colaboradores, sem nenhum prejuízo em suas atividades. A Entidade já estava preparada e capacitada para atividades de home office. Os atendimentos aos participantes não foram interrompidos, sendo realizados normalmente.

k) Processo de eleições

Foi iniciado o Processo Eleitoral 2020 para escolha dos Conselheiros Deliberativo e Fiscal da Entidade, que representarão os participantes e assistidos nos próximos anos de abril de 2021 a março de 2024. As eleições devem acontecer entre os dias 23 e 24 de novembro de 2020.

l) PREVIC – Atendimento sobre os Dados Estatísticos COVID-19

Em maio/2020 a Entidade recebeu o Ofício-Circular 03/2020/PREVIC, com a solicitação de preenchimento de questionário considerando os impactos da crise COVID-19 na gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, e no equilíbrio dos planos de benefícios de caráter previdenciário, bem como os impactos financeiros sobre os ativos das EFPC, o questionário foi respondido e enviado para Previc dentro do prazo solicitado.

m) Incorporação do Fundo SC I para o Fundo SC III

Em junho/2020 o Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado HBRP SC I sob gestão do BNP Paribás foi incorporado pelo Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado HBRP SC III sob gestão da Western Asset.

n) Plano de Benefícios Setorial + Valor

O Regulamento do Plano de Benefícios Setorial + Valor, sob o CNPB nº 2020.0017-56, administrado pela Entidade foi aprovado por meio da Portaria n.º 552, de 04 de agosto de 2020, e a Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para comunicar o início de funcionamento do Plano à Previc.

2. INVESTIMENTOS

2.1. GESTÃO DOS RECURSOS

A Resolução CMN nº 4.661/2018, de 25 de maio de 2018, estabelece que a EFPC na aplicação de seu recurso deve: observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência; exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; zelar por elevados padrões éticos e executar com diligência a seleção o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

Além de adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, as políticas de investimento estabelecidas, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos no referido normativo, a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos.

2.1.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e demais normativos, os recursos garantidores citados nesta mesma resolução se referem às aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados, representados pelo total dos investimentos somado com o disponível menos suas exigibilidades, que já estão comprometidas com as exigências relacionadas ao disponível e ao investimento (operacional e contingencial, itens do balancete 2.1.3 e 2.2.3).

Ao final do primeiro semestre de 2020 a Entidade administrava cerca de R\$ 1.336 milhões distribuídos entre o Plano de Benefícios HP e Plano de Gestão Administrativa. Quando comparado com a posição de encerramento do ano de 2019 percebemos um decréscimo de 4% o equivalente a aproximadamente R\$ 49 milhões.

RECURSOS GARANTIDORES - VALUE PREV					
Recurso	Posição 2S2019		Posição 1S2020		Variação
	R\$	%	R\$	%	%
Plano de Benefícios - HP	1.381.752.342	99,80%	1.334.540.796	99,92%	-3%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	2.667.002	0,19%	2.284.276	0,17%	-14%
Investimentos	1.384.419.344	-	1.336.825.072	-	-3%
Disponível	1.574.708	0,11%	570.670	0,04%	-64%
Exigível Operacional	(447.806)	-0,03%	(670.319)	-0,05%	50%
Exigível Contingencial	(1.090.064)	-0,08%	(1.090.064)	-0,08%	0%
Recursos Garantidores	1.384.456.182	100,0%	1.335.635.359	100,0%	-4%

Fonte: Balancete Consolidado – 12/2019 e 06/2020- Value Prev

2.1.2. Distribuição dos Recursos de Investimentos

A gestão dos recursos do Plano de Benefícios HP é realizada por gestores terceirizados, por meio de fundos de investimentos (exclusivos e condominiais), de acordo com a Política de Investimentos, mandatos e orientações do estudo ALM - *Asset Liability Management ou Cash Flow Matching*, utilizado para atender à parcela de renda vitalícia do plano de benefícios, com apoio do administrador fiduciário e da consultoria de investimentos para monitoramento e acompanhamento das carteiras, além de demais situações definidas na Política de Investimentos e Manual de Investimentos realizadas pela Diretoria Executiva com deliberação do Conselho Deliberativo.

Ao final do primeiro semestre de 2020 os recursos de investimentos, na posição consolidada, estavam distribuídos entre títulos públicos e dezenove fundos de investimentos, sendo que quatro deles receberam seu primeiro aporte durante o primeiro semestre.

RECURSOS DE INVESTIMENTOS - VALUE PREV - 2020			
Recurso	Consolidado		Gestor
	Posição 1S2020		
	R\$	%	
Títulos Públicos	35.783.522	2,68%	BNY MELLON
Fundos de Investimentos	1.299.951.486	97,33%	
<i>FI MULTIMERCADO VALUE PREV CMA I</i>	276.571.536	20,71%	SANTANDER
<i>FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV CMA III</i>	529.644.078	39,65%	WESTERN
<i>FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV SC III</i>	140.504.165	10,52%	WESTERN
<i>AZ QUEST LUCE FI EM COTAS DE FI RF CP LONGO PRAZO</i>	27.632.220	2,07%	AZ QUEST
<i>BTG PACTUAL INFRA-B FI EM INFRAESTRUTURA RF</i>	15.116.829	1,13%	BTG PACTUAL
<i>BAHIA AM SMID CAPS VALOR FI EM COTAS DE FIA</i>	24.050.498	1,80%	BAHIA
<i>FIA VALUE PREV IBRX ATIVO</i>	68.165.604	5,10%	FRANK. TEMPL.
<i>VINCI SELECTION EQUITIES FIA</i>	35.266.761	2,64%	VINCI PARTNERS
<i>ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOVESPA FI EM COTAS DE FI</i>	17.168.605	1,29%	ITAÚ
<i>OCEANA VALOR 30 FI EM COTAS DE FIA</i>	29.406.977	2,20%	OCEANA
<i>SPX NIMITZ ESTRUTURADO FI EM COTAS DE FIM</i>	43.716.370	3,27%	SPX
<i>SAFRA GALILEO INSTITUCIONAL FI EM COTAS DE FIM</i>	11.633.685	0,87%	SAFRA
<i>LACAN FLORESTAL III FEEDER FI EM PARTIC. MULTIESTRATÉGIA</i>	2.601.205	0,19%	LACAN
<i>AZ QUEST MULTI MAX FI EM COTAS DE FIM</i>	1.897.270	0,14%	AZ QUEST
<i>BB MULT. GLOBAL SELECT EQUITY IEX FI - JP</i>	27.745.820	2,08%	BB - JPM
<i>BB MULT. NORDEA IEX FI</i>	14.386.651	1,08%	BB - NORDEA
<i>LEGG MASON RARE INFRASTRUCTURE VALUE FIA IEX</i>	2.717.699	0,20%	WESTERN
<i>PIMCO INCOME FIM IEX</i>	15.097.859	1,13%	PIMCO
<i>WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM IEX</i>	16.627.653	1,24%	WESTERN
Depósitos Judiciais / Recursais	1.090.064	0,08%	
Investimentos	1.336.825.072	-	

Fonte: Planilha Carteira Total 06/2020 / Balancete Consolidado e Resumo DI 06/2020- Value Prev

Durante as análises das informações enviadas pela Entidade foram encontradas divergências entre os relatórios dos demonstrativos de investimentos e balancetes da Entidade. Segundo a Entidade, muitas dessas divergências decorreram do fato da troca de sistema pela PREVIC, ocorrida ao final do ano de 2019, para a recepção dos arquivos. Com a troca do sistema não foram mais disponibilizados relatórios de consulta após o envio e processamento, o que dificultou a conferência das informações por parte dos responsáveis. A PREVIC passou a disponibilizar os relatórios de consulta a partir do segundo semestre de 2020 o que permitiu, inclusive, que fossem apuradas as divergências e que a Entidade tomasse as providências para a correção.

2.2 ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, deve definir a Política de Investimento para a alocação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado e cada uma deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos. Assim como, os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN nº 4.661/2018, demais legislações e Políticas de Investimentos a Entidade conta com o serviço de administração fiduciária e custódia centralizada em diferentes instituições financeiras. Uma de suas funções é impedir a aplicação de fundos exclusivos em ativos não autorizados pela legislação, pelo regulamento do fundo e pela Política de Investimentos, ou que levem a extrapolação de qualquer dos limites descritos nestes documentos. A Entidade monitora estas aplicações por meio de relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário e é alertada sempre que ocorrer qualquer desenquadramento. Procura-se evitar desenquadramentos e avaliar as razões sempre que possam ocorrer para que seja determinado um plano de ação.

A Política de Investimentos vigente no ano de 2020 estava adequada aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

A seguir foram analisados os principais enquadramentos e acompanhamento dos riscos e uma demonstração da alocação dos recursos para os diversos ativos.

2.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos, elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios fornecidos, mensalmente, pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM.

O quadro abaixo demonstra os limites de alocação e concentração, para visualização da conformidade com os limites legais e Políticas de Investimentos. Sendo assim, ao final do semestre os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado e exterior de acordo com as classificações da Resolução nº 4.661/2018.

ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO - POR SEGMENTO - VALUEPREV		
Segmento de Aplicação	Lim. Legal	Posição 1S2020
		%
Renda fixa	100,0%	76,76%
Renda variável	70,00%	13,03%
Estruturado	20,00%	4,48%
Exterior	10,00%	5,73%
Imóveis	20,00%	0,00%
Operações com Participantes	15,00%	0,00%

Fonte: Enquadramento EFPC HP ENTIDADE 06/2020 – BNY MELLON DTVM / Carteira Total 06/2020 – Value Prev

Analisando os relatórios mensais de enquadramento, sintéticos e analíticos, fornecido pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM, constatamos que houve desenquadramentos, durante o primeiro semestre de 2020, em relação aos limites de concentração por emissor nos meses de janeiro e fevereiro, contudo ao final do semestre estes já se encontravam enquadrados. Com relação aos demais limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim derivativo - Art. 21 a 28 e Art. 30 da Resolução CMN nº 4.661, não foram apontados desenquadramentos. Assim como também, em relação as vedações previstas Art. 36 do mesmo normativo e com relação aos limites específicos estabelecidos na Política de Investimentos.

Além disso, são acompanhados os enquadramentos por perfil de acordo com quadro a seguir:

ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO – POR PERFIL										
Perfil de Investimento	ALM		Super Conservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Limite PI	Posição 1S2020	Limite PI	Posição 1S2020	Limite PI	Posição 1S2020	Limite PI	Posição 1S2020	Limite PI	Posição 1S2020
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,00%	82,45%	79,00%	58,13%	73,00%	44,20%
Renda variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14,00%	9,59%	22,00%	22,79%	30,00%	36,06%
Estruturado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	2,92%	15,00%	9,19%	15,00%	10,61%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	5,03%	10,00%	9,89%	10,00%	9,13%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%

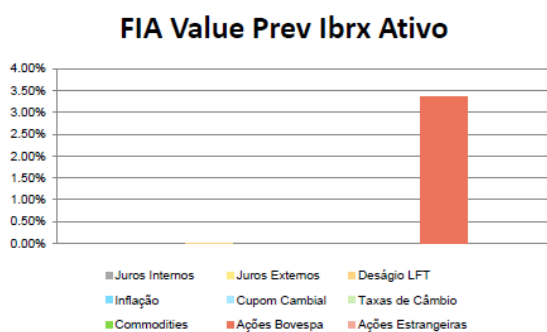
Fonte: Planilha Carteira Total 06/2020 – Value Prev

Durante o primeiro semestre de 2020, não foram identificados desenquadramentos nos perfis ALM, Super Conservador e Conservador em nenhum dos segmentos. Devido à crise econômico-financeira mundial, causada pela pandemia do COVID-19, com a alta desvalorização da bolsa, principalmente no mês de março, os perfis Moderado e Agressivo, no segmento Renda Variável apresentaram um pequeno desenquadramento em relação aos limites da Política de Investimentos e o segmento de Exterior apresentava valores de alocação, ao final do semestre, bem próximos aos limites definidos pela Política de Investimentos.

2.2.2. Risco de Mercado

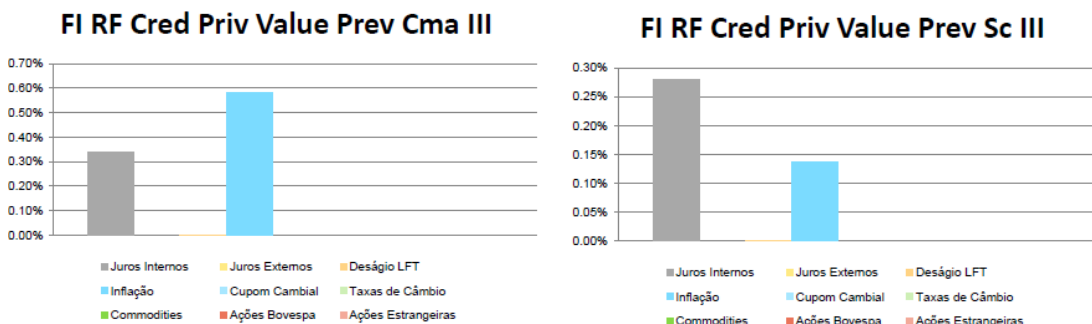
De acordo com o acompanhamento de risco de mercado realizado mensalmente pelo administrador fiduciário BNY Mellon DTVM e conforme os limites definidos na Política de Investimentos, não houve desenquadramento durante o primeiro semestre de 2020.

O Fundo de Investimento em Ações Value Prev IBRX Ativo é um fundo e ações cujo fator de risco é Ibovespa com risco acima de 3,0%, em junho de 2020 e risco apurado por *tracking error* de 4.56% valor este abaixo do limite de 8% da Política de Investimentos.



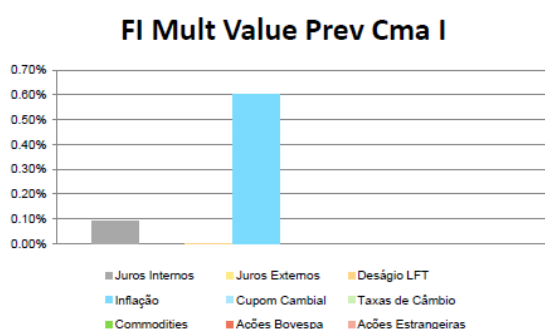
Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 06/2020– BNY MELLON

Os fundos F.I. Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA III e F.I. Renda Fixa Crédito Privado Value Prev SC III são fundos com fator de risco de inflação, com riscos acima de 0,50% e 0,10% respectivamente em junho de 2020.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 06/2020– BNY MELLON

O fundo F.I. Multimercado Crédito Privado Value Prev CMA I é um fundo com fator de risco de inflação, com risco pouco acima de 0,50% em junho de 2020 maior risco para o risco de juros internos.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 06/2020– BNY MELLON

2.2.3. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BBB- ao mínimo

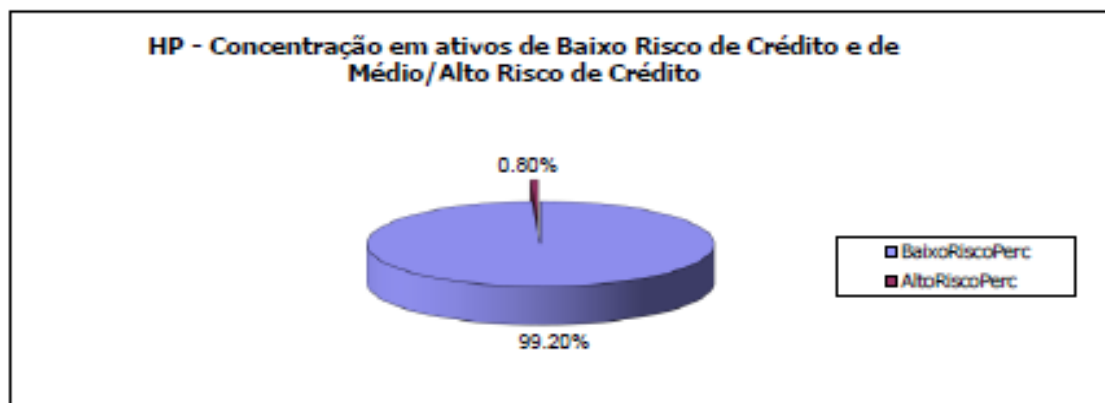
Fonte: PI 2020 – Value Prev

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

- Para investimentos realizados por fundos exclusivos só é permitido aplicar em ativos privados considerados de baixo ou médio risco de crédito e cuja classificação de risco seja realizada por uma das seguintes agências, Standard&Poor's, Fitch Ratings, Moody's e SR Rating.

- Para os fundos condominiais a Entidade deve buscar fundos condominiais classificados pela ANBIMA como “Grau de Investimento”.

Ao final do primeiro semestre de 2020 a Entidade estava com 0,80% de concentração em ativos de alto risco de crédito.



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating HP – 06/2020– BNY MELLON

Os ativos que ficaram classificados como alto risco de crédito, segundo o relatório Acompanhamento de Risco de Crédito emitido da PPS foram Econorte, Restoque, International Meal e Termelétrica Pernambuco III.

Na ocasião da aquisição desses ativos, todos foram classificados como de baixo risco, tendo o rebaixamento ocorrido posteriormente. Por decisão da Entidade e conforme previsto na Política de Investimentos e na legislação, os ativos permanecerão nas carteiras dos fundos até o vencimento dos mesmos não caracterizando desenquadramento ativo.

2.3 RENTABILIDADE

A partir dos relatórios produzidos pelo administrador fiduciário BNY Mellon, podemos verificar a rentabilidade líquida da cota dos fundos exclusivos e dos fundos condominiais por gestor contratado, além das rentabilidades apuradas por perfil de investimento.

2.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos condominiais

FUNDO	LEGG MASON	SAFRA GALILEO	AZ QUEST	AZ QUEST MULTI	WA OPPORT.	SPX NIMITZ	PIMCO	CDI
jan/20		1,17%	0,46%		-0,24%	0,14%	0,52%	0,38%
fev/20		-0,48%	0,25%		-2,75%	1,14%	-0,56%	0,29%
mar/20		0,16%	-5,60%		-10,55%	0,20%	-8,47%	0,34%
abr/20		0,30%	-0,11%		5,04%	1,18%	3,34%	0,28%
mai/20	3,36%	1,32%	0,67%		4,42%	-0,92%	2,75%	0,24%
jun/20	-1,18%	0,66%	0,98%	0,71%	1,52%	1,15%	1,89%	0,21%
2020	2,14%	3,16%	-3,46%	0,71%	-3,37%	2,91%	-1,02%	1,75%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

FUNDO	OCEANA	IBRX-100	BAHIA	SMLL	BB NORDEA	MSCI	BTG INFRA B	IPCA +6%
jan/20	-2,01%	-1,25%	0,79%	0,45%	5,36%	5,20%		
fev/20	-7,47%	-8,22%	-8,06%	-8,27%	-5,37%	-3,69%		
mar/20	-28,88%	-30,09%	-32,70%	-35,07%	2,99%	-0,01%		
abr/20	11,42%	10,27%	11,65%	10,19%	14,63%	15,67%		
mai/20	6,62%	8,52%	8,04%	5,07%	0,49%	4,62%	0,06%	0,10%
jun/20	8,61%	8,97%	7,66%	14,43%	-0,03%	3,45%	0,44%	0,75%
2020	-16,80%	-17,38%	-19,01%	-20,74%	18,25%	26,83%	0,50%	0,85%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

FUNDO	VINCI SELECTION	ITAÚ PRIVATE	IBOVESPA FECHAMENTO	LACAN FLORESTAL	IPCA +8%	BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY	MSCI+3%
jan/20	0,39%	-1,65%	-1,63%			7,27%	5,46%
fev/20	-5,96%	-8,42%	-8,43%			-6,12%	-3,45%
mar/20	-25,42%	-29,95%	-29,90%			0,38%	0,24%
abr/20	10,98%	10,24%	10,25%	-0,44%	0,33%	16,32%	15,95%
mai/20	7,60%	8,56%	8,57%	-0,54%	0,26%	2,68%	4,87%
jun/20	8,34%	8,73%	8,76%	-0,56%	0,91%	3,55%	3,70%
2020	-8,91%	-17,90%	-17,80%	-1,53%	1,50%	25,02%	28,72%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

Analisando os resultados fundos condominiais, verificamos que a maioria performou abaixo do seu *benchmark*. Percebemos, nesse semestre, a inclusão de quatro novos fundos nessa categoria, o fundo LEGG Mason com *benchmark* CDI, o BTG Infra B com *benchmark* IPCA+6%, AZ Quest Multi Max com *benchmark* CDI, e o LACAN Florestal com *benchmark* IPCA+8%. O acompanhamento da *performance* é feito mensalmente, com visão de investimento de longo prazo.

2.3.2. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

GESTOR	BNYM	BENCH	BNP PARIBAS	WESTERN ASSET	BENCH
FUNDO	HP ALM	IPCA + 4,5%	FUNDO SC I	FUNDO SC III	90% IMA-S + 10% IMA-B
jan/20	1,18%	0,58%	0,57%	0,63%	0,36%
fev/20	0,50%	0,62%	0,33%	0,65%	0,29%
mar/20	-0,42%	0,44%	-1,84%	-2,10%	-0,37%
abr/20	0,31%	0,06%	-0,85%	0,48%	0,40%
mai/20	0,17%	-0,01%	1,00%	1,25%	0,37%
jun/20	0,59%	0,63%		0,85%	0,40%
2020	2,35%	2,33%	-0,81%	1,74%	1,46%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

GESTOR	SANTANDER	WESTERN ASSET	BENCH	FRANKLIN	WESTERN ASSET	BENCH
FUNDO	FUNDO CMA I	FUNDO CMA III	50% IMA-S + 50% IMA-B	FUNDO AÇÕES II	FUNDO AÇÕES III	IbRX-100
jan/20	0,38%	0,57%	0,32%	-1,25%	-1,35%	-1,25%
fev/20	0,35%	0,69%	0,36%	-8,43%		-8,22%
mar/20	-4,13%	-4,84%	-3,26%	-30,63%		-30,09%
abr/20	0,94%	0,88%	0,82%	9,00%		10,27%
mai/20	1,33%	1,75%	0,88%	7,89%		8,52%
jun/20	1,45%	1,65%	1,13%	8,33%		8,97%
2020	0,21%	0,54%	0,18%	-20,09%	-1,35%	-17,38%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

Com relação aos fundos exclusivos, podemos observar que o gestor Western Asset, no fundo SC III apresentou retorno superior ao seu respectivo *benchmark*, assim como a carteira HP ALM. Em relação ao fundo SC I gerido pelo BNP Paribas, o mesmo foi incorporado no Fundo SC III em junho/2020.

Em relação aos fundos CMA I gerido pelo Santander e CMA III gerido pela Western ambos ficaram acima do *benchmark*.

O gestor Franklin Templeton no fundo de Ações II, renda variável, não conseguiu alcançar seu *benchmark* e o fundo Ações III, gerido pela Western, foi incorporado pelo fundo de Ações II a partir de fevereiro de 2020.

2.3.3. Rentabilidade das cotas por perfil

PERFIL	ALM	IGP-DI+4,5%	Super Cons.	IPCA + 3,00%	Conservador	IPCA + 5,00%	Moderado	IPCA + 5,60%	Agressivo	IPCA + 6,30%
jan/20	1,15%	0,46%	0,57%	0,46%	0,44%	0,62%	-1,31%	0,67%	-2,34%	0,72%
fev/20	0,47%	0,38%	0,54%	0,50%	-0,35%	0,66%	-0,55%	0,71%	-1,24%	0,76%
mar/20	-0,43%	2,01%	-2,07%	0,32%	-6,74%	0,48%	-10,45%	0,53%	-14,19%	0,58%
abr/20	0,28%	0,42%	0,12%	-0,06%	1,88%	0,10%	3,60%	0,14%	4,59%	0,20%
mai/20	0,12%	1,44%	1,13%	-0,13%	2,04%	0,03%	2,65%	0,07%	3,39%	0,13%
jun/20	0,54%	1,97%	0,78%	0,51%	2,10%	0,67%	2,96%	0,72%	3,72%	0,77%
2020	2,14%	6,85%	1,05%	1,59%	-0,91%	2,57%	-3,76%	2,86%	-7,18%	3,20%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2020– Value Prev

Em relação aos perfis de investimentos oferecidos pela Entidade, notamos que todos eles ficaram abaixo de suas metas ao final do primeiro semestre.

3.6. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Investimentos** estão relatados os principais pontos do processo de investimento e dos ativos: sua composição, seus limites, seus riscos. O que aqui não está objetivamente descrito foi analisado nos documentos que fazem parte integrante deste

relatório. Destaque para concentração nas aplicações de menor risco, prefixadas, títulos públicos que facilitam a gestão dos negócios.

Desta forma, com base nas informações analisadas, este Conselho conclui que a gestão dos recursos garantidores está enquadrada e aderente à legislação vigente e as Políticas de Investimentos, além disso, ficou evidenciado que a Diretoria Executiva monitora e acompanha seus resultados.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2020.

Contudo, este Conselho manterá sua atenção para os próximos semestres nos resultados dos investimentos, principalmente daqueles que ficaram abaixo do *benchmark* e nas resoluções das divergências encontradas entre as informações dos relatórios dos demonstrativos de investimentos da Entidade.

3. ATUARIAL

3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. Este Conselho Fiscal verificou no balancete de junho de 2020 o patrimônio social e o patrimônio de cobertura do Plano de Benefícios da Entidade, em comparação com o encerramento do exercício de 2019.

PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV			
Conta	Posição 2S2019	Posição 1S2020	Variação
	R\$	R\$	%
Patrimônio social	1.382.821.858	1.336.884.007	-3%
Fundos	38.155.194	36.245.340	-5%
Previdenciais	14.918.602	12.635.300	-15%
Administrativos	3.032.960	3.194.033	5%
Investimentos	20.203.633	20.416.007	1%
Patrimônio de cobertura do Plano	1.344.666.663	1.300.638.667	-3%

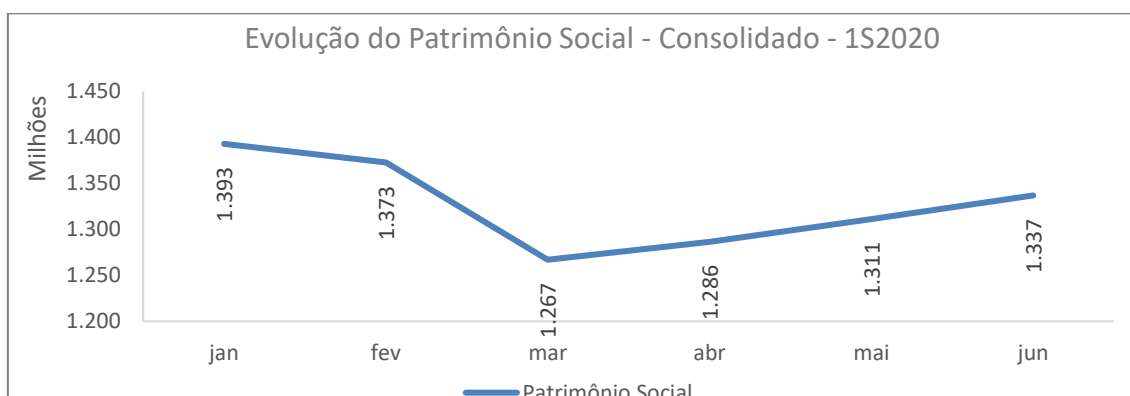
Fonte: Balancete Consolidado – 1S2020 - Value Prev

Comparando os valores do patrimônio social do primeiro semestre de 2020 em relação ao encerramento de 2019 percebemos um decréscimo de 3%.

3.1.1. Evolução do Patrimônio Social

A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no primeiro semestre de 2020, foi marcada pelos efeitos da pandemia do COVID-19 o qual trouxe um inédito panorama econômico-financeiro mundial, exercendo forte pressão no mercado financeiro e causando queda elevada nas bolsas do mundo inteiro.

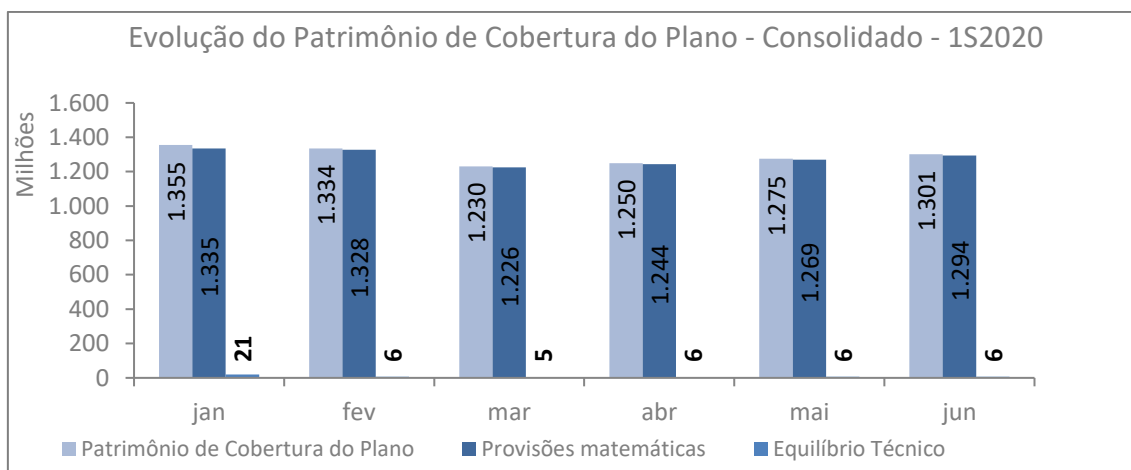
Assim, em junho de 2020 o Patrimônio Social apresentava cerca de R\$ 1.337 milhões, uma queda de cerca de 4% em relação ao mês de janeiro.



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 1S2020 - Value Prev

3.1.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

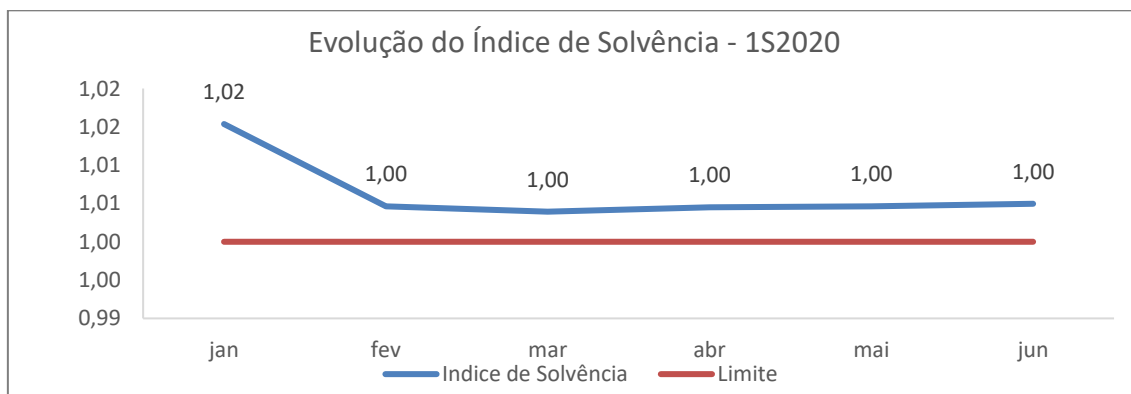
O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 1S2020 - Value Prev

3.1.3. SOLVÊNCIA

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é de fundamental relevância para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelo plano de benefício definido, e estabelecer correções de rotas, sejam através de revisão nas contribuições, revisão na Política de Investimentos, ou revisão da aderência das hipóteses atuariais.



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 1S2020 - Value Prev

De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes do Plano de Benefícios HP e consolidado, durante o primeiro semestre de 2020, o Plano de Benefícios HP administrado pela Entidade encontra-se solvente e equilibrado no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre acima ou igual a 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano acima dos valores já contabilizados em provisões matemáticas.

3.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

3.2.1. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

No quadro a seguir estão apresentadas as principais hipóteses adotadas na avaliação atuarial de encerramento de 2019, segundo o Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pela consultoria atuarial Mirador, bem como comparativo com as hipóteses adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior. Cabe notar que a única hipótese alterada no exercício de 2019 é o Fator de Capacidade dos Salários, INSS e Benefícios, passando de 97% para 98%, em decorrência da expectativa de redução estrutural (de longo prazo) do nível de inflação no Brasil.

Premissa	2018	2019
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	4,50%	4,50%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	97%	98%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97%	98%
Taxa de Crescimento Real Salarial	5,49%	5,49%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios	N/A	N/A
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT2000 (Suavizada 10%) segregada por sexo	AT2000 (Suavizada 10%) segregada por sexo
Entrada em Invalidez	RRB-1944 Mod segregada por sexo	RRB-1944 Mod segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	N/A	N/A
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	Exp. Willis Towers Watson Mod.	Exp. Willis Towers Watson Mod.
Probabilidade de opção pelos institutos na data de desligamento	BPD: 15%	BPD: 15%
	Portabilidade: 16%	Portabilidade: 16%
	Resgate: 59%	Resgate: 59%
	Autopatrocínio: 10%	Autopatrocínio: 10%
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: N/A.	Benefícios a conceder: N/A.
	Benefícios Concedidos: família real.	Benefícios Concedidos: família real.

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

3.2.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

Todos os benefícios oferecidos pelo plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização, ou seja, com a capitalização de recursos patrimoniais para cobertura das obrigações futuras do plano, com a adoção do método de financiamento (também conhecido

como método atuarial) de Crédito Unitário Projetado para o benefício mínimo e capitalização financeira para os demais benefícios.

O quadro abaixo apresenta os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial de 2019, por benefício.

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Mínimo	Capitalização	Crédito Unitário Projetado

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

3.2.3. Equilíbrio Técnico

No encerramento do exercício de 2019 o Plano de Benefícios HP apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 5.376.301,29 que representa 16.39% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018 o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 18.34% das Provisões Matemáticas do plano de benefícios, equivalente a R\$ 6.015.624,55.

Conta	Valores em R\$			
	TOTAL	HPE	Enterprise	Micro Focus
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.344.666.663,34	1.048.229.283,78	263.634.168,42	32.803.211,15
Provisões Matemáticas	1.339.290.362,05	1.042.875.759,29	263.611.440,82	32.803.161,95
(+) Passivo Atuarial	1.339.290.362,05	1.042.875.759,29	263.611.440,82	32.803.161,95
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-	-
(=) Equilíbrio Técnico	5.376.301,29	5.353.524,49	22.727,60	49,20

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

Nota: O Equilíbrio Técnico de um plano de benefícios representa o excesso ou falta atual de patrimônio (patrimônio de cobertura) em relação às suas obrigações previdenciárias (provisões matemáticas). O resultado do Equilíbrio Técnico é contabilizado no Balanço Patrimonial do plano como superávit acumulado, no caso de situação superavitária, ou déficit acumulado, no caso de situação deficitária.

Após o ajuste de precificação o Plano de Benefícios HP apresentou o seguinte resultado.

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura	1.344.666.663,34
Provisões Matemáticas	1.339.290.362,05
(+) Passivo Atuarial	1.339.290.362,05
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Equilíbrio Técnico	5.376.301,29
(+/-) Ajuste Precificação	3.325.306,50
(=) Equilíbrio Técnico Ajustado	8.701.607,79"

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

Nota: O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico ("resultado contábil"), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação. O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

Portanto, sob o ponto de vista de análise da solvência do plano, por este apresentar ETA positivo, considera-se que o plano de benefícios está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

3.2.4. Situação Patrimonial e Atuarial

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2019, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do Plano de Benefícios HP. Assim como, os resultados da avaliação atuarial realizada com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados.

		Valores em R\$		
		Encerramento exercício 2018	Encerramento exercício 2019	Var. %
Patrimônio	Ativo Total	1.430.173.312	1.387.761.900	(3,0%)
	(-) Exigível Operacional	4.294.457	3.902.781	(9,1%)
	Gestão Previdencial	4.010.447	3.902.781	(2,7%)
	Gestão Administrativa	0	0	-
	Investimentos	284.010	0	(100,0%)
	(-) Exigível Contingencial	1.090.064	1.090.064	0,0%
	Gestão Previdencial	0	1.090.064	-
	Gestão Administrativa	0	0	-
	Investimentos	1.090.064	0	(100,0%)
	(=) Patrimônio Social	1.424.788.791	1.382.769.056	(2,9%)
Provisões Matemáticas	(-) Fundos	35.165.374	38.102.392	8,4%
	Previdenciais	13.829.824	14.918.602	7,9%
	Administrativos	2.755.015	2.980.158	8,2%
	Dos investimentos	18.580.535	20.203.633	8,7%
	(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.389.623.417	1.344.666.663	(3,2%)
ETA	Passivo Atuarial	1.381.921.327	1.339.290.362	(3,1%)
	PMBC	309.187.910	360.328.120	16,5%
	PMBaC	1.072.733.417	978.962.242	(8,7%)
	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0	-
(=) Provisões Matemáticas	1.381.921.327	1.339.290.362	(3,1%)	
(=) Equilíbrio Técnico	7.702.090	5.376.301	(30,2%)	
(+/-) Ajuste Precificação	3.421.691	3.325.306	(2,82%)	
(=) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	11.123.781	8.701.607,29	(21,8%)	

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

3.3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para 2020 tem início de vigência a partir de 01/01/2020 e é abaixo descrito.

Custeio Previdenciário

- Contribuições básicas (participantes ativos): corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual inteiro entre 0 % (zero por cento) e 6 % (seis por cento), escolhido pelo Participante, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição mensal que exceder a 15 (quinze) Unidades de Referência HP
- Contribuições suplementares (participantes ativos): corresponderá a um percentual livremente escolhido pelo Participante aplicado sobre o Salário de Contribuição, limitado a 25 % (vinte e cinco por cento) do Salário de Contribuição.
- Contribuições voluntárias (participantes ativos): corresponderá a uma contribuição opcional e de valor, frequência e prazo de realização livremente definidos pelo Participante.
- Contribuições normais (patrocinadora): corresponderá ao resultado obtido com a aplicação do mesmo percentual escolhido pelo Participante para a sua Contribuição Básica, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição mensal que exceder a 15 (quinze) Unidades de Referência HP
- Contribuições destinadas para a cobertura do Benefício Mínimo corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, definido atuarialmente, atuarialmente, sobre o somatório do Salário de Contribuição de todos os seus empregados, Participantes do Plano de Benefícios HP.

A seguir são apresentados os valores e percentuais das contribuições calculados pela avaliação atuarial do encerramento de 2019 para serem adotados no plano de custeio para o exercício de 2020.

	HPE		Enterprise		Micro Focus	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$
Contribuição da Patrocinadora	1,92%	4.190.077	2,66%	4.214.111	2,48%	273.671
- Normal	1,92%	4.179.309	2,65%	4.202.352	2,48%	273.530
- Benefício Mínimo	0,005%	10.768	0,007%	11.759	0,001%	142
Contribuição da Participante	3,75%	8.183.434	3,78%	5.979.203	4,70%	518.593
- Básica	2,629%	5.733.663	2,80%	4.432.102	3,45%	380.908
- Suplementar	1,123%	2.449.772	0,98%	1.547.101	1,25%	137.685
Total	5,67%	12.373.511	6,44%	10.193.314	7,18%	792.264
Folha anual (em reais)	218.083.645		158.308.435		11.027.866	

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2019 - 0327/2020 – Mirador

Custeio Administrativo

- As despesas administrativas serão custeadas pelo retorno dos investimentos, conforme informado pela Value Prev.

Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

A patrocinadora poderá utilizar durante o ano de 2020 mediante requerimento prévio à Entidade para reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão por Exigência Regulamentar, desde que sejam suficientes para financiar as contribuições mensais da patrocinadora. Esgotados os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês, a patrocinadora deverá retomar o recolhimento mensal das contribuições.

3.4. DESTINAÇÃO DE SUPERÁVIT

Após o decurso de três exercícios consecutivos de constituição de Reserva Especial no plano, conforme apresentado no parecer atuarial de do encerramento do exercício de 2017 foi constituído em 31.12.2017 o Fundo de Revisão de Plano, no valor de R\$ 8.865.943,50. A obrigatoriedade de revisão de plano de benefícios em decorrência da observância de resultados superavitários perenes encontra se prevista no art. 20 da Lei Complementar nº 109/2001 que determina, em seu § 2º, que “a não utilização da Reserva Especial por três exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade”.

Desta forma, em decorrência da constituição de Reserva Especial, foi realizada análise da forma de revisão do plano de benefícios, em que foi concluído que será necessária a aplicação da forma prevista no inciso III do art. 24 da Resolução CNPC nº 30/2018 qual seja, a melhoria dos benefícios dos assistidos. Portanto, para fins de operacionalização da revisão do plano de benefícios, conclui-se ser necessária a alteração do Regulamento do Plano de Benefícios HP, visando a inclusão de previsão de benefício especial temporário (BET) para os assistidos.

Em decorrência de processo de cisão do plano em elaboração, a Entidade informou que será aguardada a conclusão do referido processo para realização da alteração regulamentar necessária para destinação dos fundos mantidos no “Fundo de Revisão do Plano”.

3.5. FATOS RELEVANTES - AVALIAÇÃO ATUARIAL

- Houve alteração da premissa de fator de capacidade de salários e benefícios para o encerramento do exercício de 2019. A premissa fator de capacidade de salários e benefícios foi alterada de 97% a.a. para 98% a.a. Esta alteração resultou em uma

elevação das Provisões Matemáticas do Plano HP de R\$ 323,20 mil, o equivalente a 0,99% do montante de Provisões Matemáticas em Benefício Definido do plano.

- Em 2019 foi realizada a rescisão do Convênio de Adesão da Patrocinadora HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos LTDA, ocorrendo a cisão da parcela que lhe corresponde do Plano de Benefícios HP e a transferência de gerenciamento da parcela cindida do Plano de Benefícios HP (Plano HP Mais) para a Entidade de destino. Dessa forma, houve redução dos participantes e assistidos no plano e, conseqüentemente, das provisões matemáticas e patrimônio de cobertura, em decorrência da transferência de gerenciamento da parcela cindida do Plano de Benefícios HP.
- Alteração do nome da patrocinadora Entco Brasil Serviços de Tecnologia Ltda para Micro Focus Brasil Serviços de Tecnologia Ltda.
- Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019, foi realizada revisão da metodologia de projeção dos compromissos do plano com pagamento de benefícios futuros, que passa a considerar as informações cadastrais de todos os dependentes dos aposentados do plano nos cálculos atuariais, até 3 (três) dependentes. Com isto, objetivava-se alcançar ainda maior nível de precisão nas estimativas atuariais.

3.6. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Atuarial** estão relatados a evolução do patrimônio de cobertura do plano, os resultados do plano, assim como os resultados da avaliação atuarial e plano de custeio válidas para o ano vigente, além de demais assuntos relevantes para o tema.

Os resultados apurados ao final do semestre são superavitários e o plano encontra-se solvente.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão do passivo está enquadrada e aderente à legislação vigente e ao perfil do plano, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2020.

Contudo, este Conselho manterá sua atenção e acompanhará a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios HP.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores apresentados neste item foram obtidos do orçamento geral para o ano de 2020 e dos balancetes do primeiro semestre.

4.1. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.1.1. Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	1S2020		
	Orçado	Realizado	Varição
ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	20.703.973,15	14.451.647,04	-30,20%
DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	33.448.246,98	37.718.406,68	12,77%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

No acompanhamento orçamentário da gestão previdencial percebemos aumento das deduções e diminuição das contribuições. Segundo a Entidade o aumento das deduções foi devido o desligamento de funcionários das patrocinadoras que solicitaram resgates ao Plano de Benefícios HP, conseqüentemente diminuíram as contribuições previdenciais.

4.1.2. Gestão dos Investimentos

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	1S2020		
	Orçado	Realizado	Varição
DESPESAS DIRETAS NOS INVESTIMENTOS	2.147.030,86	2.666.786,55	24,21%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Durante as análises pode-se verificar que os desembolsos realizados com as despesas diretas nos investimentos ficaram acima do orçado. Fato esse, que ocorreu devido ao pagamento de taxa de performance aos gestores de fundos condominiais, bem como a diversificação dos investimentos.

Além disso, a Entidade ressalta que essas despesas são escrituradas diretas nos fundos exclusivos e condominiais e não estão registradas na contabilidade, entretanto, é realizado o controle mensal de forma a capturar qualquer alteração fora do normal e tomar providencias, se necessário.

4.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

4.2.1. Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA	1S2020		
	Orçado	Realizado	Varição
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.128.962,18	2.389.803,45	12,25%
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.051.487,11	2.298.833,96	12,06%
PESSOAL E ENCARGOS	1.118.853,00	1.278.885,67	14,30%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	70.000,00	90.282,00	28,97%
VIAGENS E ESTADIAS	10.000,00	2.344,31	-76,56%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	553.480,78	576.059,70	4,08%
DESPESAS GERAIS	136.163,73	131.245,68	-3,61%
TAXAS TRIBUTOS E ENCARGOS	162.989,60	187.208,56	14,86%
DESPESAS ESPECÍFICAS	-	32.808,04	100,00%
INVESTIMENTOS	76.819,66	90.969,49	18,42%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	76.819,66	90.969,49	18,42%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Em relação às despesas administrativas houve uma extrapolação do total realizado de 12.25% em relação ao total orçado.

De acordo com as justificativas da Entidade as despesas ficaram acima devido a alguns fatores principais, como: serviços extras de consultoria jurídica: contratação Linhares Advogados para o projeto da LGPD; Towers para a revisão de Regulamento do Plano DXC e análise de termo de cisão da patrocinadora DXC. Serviços de consultoria de investimentos: PRP - Estudo de viabilidade do Plano Setorial + Valor; PPS - Estudo ALM. Além disso, tivemos gastos com o curso de certificação da ABRAPP, despesas com salário, com a contratação de um novo colaborador; triênio; provisão férias e 13º salário e aumento nos impostos.

Importante ressaltar que se trata da análise do primeiro semestre, ou seja, é uma prévia dos resultados do ano, pois o orçamento é projetado de forma anual, e as despesas apresentam temporalidades diferentes. Portanto, algumas ocorrem de forma contínua ou mensalmente, enquanto outras de forma pontual em apenas um dos semestres. Sendo assim, os resultados são de fato melhor analisados quando ocorre o encerramento do exercício.

4.3. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão devem possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, permitindo a Entidade realizar ajustes no decorrer do ano e ainda evitar gastos desnecessários ou excessivos. Além disso, a Entidade deve também monitorar e acompanhar o limite anual de recursos destinados pelo conjunto

dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa, conforme determina a Resolução CGPC nº 29/2009.

Os indicadores foram aprovados pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade, em 31/12/2019 e acompanhados mensalmente pela Entidade.

Ao final primeiro semestre de 2020 os indicadores de gestão apresentaram os seguintes resultados.

INDICADORES - RESOLUÇÃO CGPC Nº 29/09	ACUMULADO 2019	LIMITE
1- TAXA ADMINISTRATIVA	0,20%	1,00%
2- TAXA DE CARREGAMENTO	7,47%	9,00%

Fonte: Indicadores de Gestão 2020 - Value Prev

Os indicadores relacionados à Resolução CGPC nº 29/2009 ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela legislação. A Taxa Administrativa encontra-se em um patamar inferior ao identificado no Estudo de Despesas Administrativas das EFPC, exercício 2018, realizado pela PREVIC, tanto em relação a própria entidade, 0,26%, quanto com relação a média das entidades do GRUPO C do referido estudo de 0,62%. Atualmente a Entidade não possui taxa de carregamento, se tratando apenas de um indicador e acompanhamento previsto na legislação e a taxa administrativa é descontada da rentabilidade da cota.

INDICADORES DE GESTÃO	ACUMULADO /ANO 2020	META CONSELHO em Ata Realizada em 30/12/2019	VARIAÇÃO ACUMULADO 2020 X META CONSELHO 2020
1- DESPESAS ADM / ATIVO	0,18%	0,29%	-38%
2- DESPESAS ADM / FLUXO PREVIDENCIAL	6,66%	5,61%	19%
3- DESPESAS ADM / CONTRIBUIÇÕES	16,64%	10,13%	64%
4- CUSTO MÉDIO / PARTICIPANTE	777,93	1.280,46	-39%
5- DESPESAS ADM / RECURSOS GARANTIDORES	0,18%	0,29%	-38%

Fonte: Indicadores de Gestão 2020 - Value Prev

Quando analisamos os resultados dos indicadores de gestão definidos pela Entidade para o ano de 2020, no fechamento do primeiro semestre, notamos que dois deles estão acima das metas estabelecidas, despesas administrativas/fluxo previdencial e despesas administrativas/contribuições, pelo Conselho Deliberativo, essa situação decorreu dos fatos já retratados no item 4.1.1 Gestão Previdencial deste capítulo. Enquanto, os demais ao final do semestre estavam abaixo das metas estabelecidas.

Importante ressaltar que como orçamento as metas dos indicadores de gestão são estabelecidas para o período de um ano, portanto o resultado aqui apresentado trata-se de uma prévia dos resultados do ano.

4.4. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Execução Orçamentária** estão descritos os resultados realizados, seus principais desvios e suas justificativas, assim como as análises dos indicadores de gestão e enquadramento dos limites de transferência do PGA.

A realização dos eventos, por vezes, ocorre em cenário diferente da situação analisada à época do orçamento. Fica sempre a preocupação de procurar ficar o mais próximo das variações futuras. Importante destacar o acompanhamento mensal pelos órgãos de governança.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão orçamentária está aderente ao previsto, e ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2020.

Contudo, este Conselho manterá sua atenção, para segundo semestre, nos resultados dos indicadores de gestão em relação as suas metas.

5. GESTÃO DA ENTIDADE

5.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE

Ao final do primeiro semestre de 2020 a Entidade apresentava a seguinte estrutura.

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato		Certificação	Validade do Certificado
Conselho Fiscal	Patrícia Oyoko Tanaka	Presidente	28/10/2018	05/04/2021	em andamento	
	Daniel Meira Cardoso Duva	Efetivo	06/04/2018	05/04/2021	sim	16/10/2022
	Mauricio Becker	Suplente	18/12/2019	05/04/2021	em andamento	
	Rodrigo Mancini Astray	Efetivo	06/04/2018	05/04/2021	sim	14/10/2022
	Sandra Regina Araujo Bispo	Suplente	28/10/2019	05/04/2021	em andamento	
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	Presidente	06/04/2018	05/04/2021	sim	10/08/2021
	Miguel Prada Galvão	Vice Presidente	29/07/2019	05/04/2021	sim	31/10/2022
	Ivo Romani	Efetivo	06/04/2018	05/04/2021	não	
	Honório Ryoza Yano	Suplente	06/04/2018	05/04/2021	em andamento	
	Raphael Gandolfo Costa	Suplente	06/04/2018	05/04/2021	em andamento	
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	Diretor Superintende	02/04/2018	05/04/2021	sim	04/03/2021
	Abdiel Melo Silva	Diretor	29/07/2019	05/04/2021	em andamento	
	Deborah Gattai Anderaos Felfim	Diretor	02/04/2018	05/04/2021	sim	21/10/2022
	João Carlos Ferreira	Diretor AETQ e ARPB	02/04/2018	05/04/2021	sim	22/09/2022

Fonte: Controle Certificação - Value Prev

O exercício de mandato em EFPC requer certificação emitida por instituição certificadora reconhecida pela Previc.

Os normativos atuais requerem que a maioria dos Conselheiros sejam certificados e a totalidade da Diretoria Executiva, estando a Entidade em fase de enquadramento, que deverá ocorrer até o final do segundo semestre de 2020.

No que se refere ao requisito de que o dirigente obtenha a certificação em até um ano após a posse observa-se que esse requisito não foi atendido para alguns casos.

A falta de certificação, além da desconformidade com a legislação, prejudica a Entidade de obter o Selo de Autorregulação em Investimentos e, também, o Selo de Autorregulação em Governança. Além disso, pode ser um indicador negativo na busca de novos patrocinadores.

Como resultado desta verificação fica ratificada a recomendação deste Conselho, emitida no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2019, para que todos os Conselheiros realizem o processo de certificação.

5.2. GOVERNANÇA

A Resolução CGPC nº 13/2004, trouxe para o âmbito das EFPCs princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

5.3. RELATÓRIOS CONTÁBEIS DE 2020

Os relatórios contábeis, mais especificamente balancetes, relativos ao primeiro semestre de 2020 foram elaborados em conformidade com o disposto na legislação que trata das normas contábeis aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar, contém as informações consistentes e em conformidade com o disposto na legislação que trata do assunto.

5.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles foram implementados e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos, com avaliações bianuais.

Durante o primeiro semestre de 2020 foi iniciado o novo ciclo de autoavaliação cujo término e apresentação dos resultados está previsto para o segundo semestre de 2020.

Para o resultado do ciclo de autoavaliação de 2018 foram sugeridos planos de ação para melhoria do ambiente de controle da Entidade e eles foram cadastrados no sistema

disponibilizado pela consultoria que apoia o processo de gestão de riscos da Entidade, e todos foram finalizados no segundo semestre de 2019.

5.5. COMPLIANCE

A Diretoria Executiva da Entidade nos informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação.

5.6. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Gestão da Entidade** estão destacadas as estruturas de gestão que dão ênfase e disseminam o ambiente e a cultura organizacional, contribuindo para uma gestão alicerçada em valores e práticas que evitem a realização dos riscos e contribuam para que os objetivos sejam atingidos.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão da Entidade e seu o ambiente de controle estão adequados ao seu porte e complexidade, contudo existem pontos que devem ser ajustados para todos eles estejam a aderentes à legislação vigente.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para primeiro semestre de 2020. Porém, a recomendação efetuada no Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal do segundo semestre de 2019 se mantém pertinente para o semestre em análise e será reavaliada no próximo semestre.

6. RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL

O quadro a seguir apresenta o resumo dos resultados das análises efetuadas pelo Conselho Fiscal no primeiro semestre de 2020, emitidos por meio de seus comentários e recomendações neste relatório.

RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2020 - VALUE PREV				
Item analisado no RMCF 1S2020	Resultado da Análise	Número da Recomendação	Descrição	Prazo
2.INVESTIMENTOS	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item. O Conselho <u>manterá sua atenção</u> para os próximos semestres nos resultados dos investimentos, principalmente daqueles que ficaram abaixo do <i>benchmark</i> e nas resoluções das divergências encontradas entre as informações dos relatórios dos demonstrativos de investimentos, balancetes e controles da Entidade.	RMCF 2S2020
3.ATUARIAL	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item. O Conselho <u>manterá sua atenção e acompanhará</u> a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios HP.	RMCF 2S2020
4.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item. O Conselho <u>manterá sua atenção</u> , para segundo semestre, nos resultados dos indicadores de gestão em relação as suas metas.	RMCF 2S2020
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Sem Recomendações, mantida a recomendação de 2019	-	Não foram necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva. Porém, a <u>recomendação</u> efetuada no <u>Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal do segundo semestre de 2019</u> se <u>mantém pertinente para o semestre em análise</u> e será reavaliada no próximo semestre.	RMCF 2S2020

Fonte: RMCF 1S2020 - Value Prev

Os comentários e recomendações podem ser consultados na íntegra ao final de cada um dos itens deste relatório.

Neste item também serão acompanhados e monitorados os resultados das análises emitidos por meio dos comentários e recomendações do Conselho Fiscal em semestres anteriores, quando forem: atenção, monitoramento e recomendação.

➤ segundo semestre de 2019

Recomendação 1	Informações – situação atual	PRAZO
1. Certificar todos os Conselheiros (Fiscal e Deliberativo)	Providenciar as documentações a serem encaminhadas ainda em setembro para que o processo de certificação seja finalizado até 30/10/2019.	RMCF 2S2020

Fonte: RMCF1S2019 – Value Prev

A recomendação para o ano de 2019 não foi finalizada e o item continuou desenquadrado no primeiro semestre de 2020 com relação ao que exige a legislação. Desta forma, está recomendação foi ratificada com prazo alterado para o segundo semestre de 2020.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.661/2018 e ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/04, o Conselho Fiscal averiguou as informações necessárias à sua elaboração e resumiu aqui seus principais pontos.

O presente relatório é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Entidade para pronunciamento acerca das determinações e/ou recomendações ora efetuadas e ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Barueri, 15 de setembro de 2020.

Patrícia Toyobo Tanaka
Presidente

Daniel Meira Cardoso Duva
Conselheiro Efetivo

Rodrigo Mancini Astray
Conselheiro Efetivo

Mauricio Becker
Conselheiro Suplente

Sandra Regina Araujo Bispo
Conselheiro Suplente

8. ANEXOS

I Documentos analisados/utilizados para elaboração do relatório

a. Investimentos

- ✓ Políticas de Investimentos do plano de Benefícios e do plano de Gestão Administrativa e protocolos de envio à PREVIC - 2020
- ✓ Relatórios dos Demonstrativos de Investimentos do plano de Benefícios e do PGA - 1º semestre de 2020
- ✓ Relatório Mensal // Risco // Performance - 1º semestre de 2020
- ✓ Relatório Mensal // Gerencial // Performance - 1º semestre de 2020
- ✓ Relatório de Enquadramento por Rating, mensal - 1º semestre de 2020
- ✓ Relatório de Acompanhamento Risco de Crédito, mensal - 1º semestre de 2020
- ✓ Carteira Total, mensal - 1º semestre de 2020
- ✓ Enquadramento EFPC, mensal - 1º semestre de 2020
- ✓ Rentabilidade dos fundos - 2020

b. Atuarial

- ✓ Regulamento vigente do Plano de Benefícios HP
- ✓ Apresentação dos resultados da avaliação atuarial - 2020.
- ✓ Demonstração Atuarial – DA do Plano de Benefícios HP, com data base 31/12/2019
- ✓ Demonstrações Contábeis, balancetes - 1º semestre de 2020.

c. Execução Orçamentária

- ✓ Orçamento geral para o exercício social de 2020
- ✓ Acompanhamento orçamentário – 1º semestre de 2020
- ✓ Indicadores de Gestão - 2020
- ✓ Balancetes Analíticos do Plano de Benefícios HP - 1º semestre de 2020
- ✓ Balancetes Analíticos do Plano de Gestão Administrativa - 1º semestre de 2020
- ✓ Balancetes Consolidados – 1º semestre de 2020
- ✓ Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – RPGA

d. Gestão da Entidade

- ✓ Estatuto vigente da Entidade
- ✓ Regulamento vigente do Plano de Benefícios HP
- ✓ Atas do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal – 1º semestre de 2020
- ✓ Acompanhamento Certificação e habilitação – 1º semestre de 2020
- ✓ Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2019